



## **Mulheres Adolescentes e a permanência da divisão de gênero na escolha profissional.**

*Mirian Teresa de Sá Leitão Martins<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Este estudo focaliza a contribuição do movimento feminista na conquista pelas mulheres, de uma maior visibilidade na sociedade e propõe discutir a permanência da representação feminina ancorada na visão da mulher como reprodutora da instituição familiar e a sua relação com a escolha profissional de adolescentes dos segmentos populares a partir os conceitos de gênero e de *habitus*. Identifica a permanência como decorrente de um sistema de valores culturais que imprime e determina o papel social a ser desempenhado por mulheres e os homens.

palavras-chave: **feminismo, gênero, *habitus*, mulheres adolescentes e valores.**

---

<sup>1</sup> Servidora da Prefeitura do Rio de Janeiro e Professora do curso de Especialização em Educação Especial. Cead/Unirio

Psicóloga e Mestre em Ciências Médicas PGCM/UERJ      mirianteresad@yahoo.com.br

Trabalhos Publicados artigo: na Revista Ártemis(UFPB) vol. 4 "Apesar de... demos a volta por cima " 2006.

Resenha: na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos vol89 n. 221. 2008.p.187-203

BonnewitzP. "Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu." Ed. Vozes,2003

\* \* \*

O conceito de gênero nos ajuda a compreender uma série de questões que serão abordadas nesse presente trabalho. No Brasil, o conceito consolidou-se na década de 70, época em que a segunda onda do movimento feminista ganhou expressão na sociedade brasileira e influenciou as pesquisas realizadas nos anos seguintes, que se contrapunham ao determinismo biológico; ou seja, a visão naturalizada sobre as diferenças entre os sexos (Nicholson, 2000).

O gênero pode ser também percebido como uma categoria analítica, a fim de permitir o entendimento dos aspectos relacionais e culturais na construção social do masculino / feminino, que diferencia o social do biológico (Heilborn, 1999). O gênero diz respeito às regras de relações sociais moldadas pelo processo de socialização e de educação diferenciadas e compõem a disposição da vida social e a percepção simbólica (Bourdieu, 1999). Por ser um elemento constitutivo das interações sociais fundamentadas nas diferenças entre o masculino e o feminino, o gênero está presente em todas as dimensões da vida social, dando significado às relações de poder (Scott, 1989).

Ao longo da história, as sociedades se constituíram hierarquizadas e as relações que se estabelecem entre os diferentes indivíduos são pautadas numa distribuição desigual de poder. Essa hierarquização se faz presente entre as diferentes gerações, classes, etnias e entre homens e mulheres. Esta última em especial, têm-se afirmado continuamente ao longo dos séculos.

Na busca de melhor compreensão da assimetria entre o par masculino/ feminino, o conceito de “dispositivo histórico”, nos auxilia. Este equivale a uma rede passível de ser estabelecida entre vários elementos: instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, significando os múltiplos discursos que ocorreram na Era Moderna (Foucault, 1993).

Tais discursos tornaram-se práticas voltadas para um grande objetivo: uma nova configuração hierárquica que, após o século XVIII, explicaria a subordinação feminina, com base nas diferenças biológicas entre elas e os homens (Bruschini & Holanda, 1998), fruto dos seguintes fatores: a urbanização e a industrialização das sociedades ocidentais, o discurso liberal do séc. XVIII, as mudanças ocorridas na forma de organização social (sistema produção /

reprodução) e também as transformações na família (articuladas com a diferenciação entre o público e o privado), dentre outros.

Nos séculos XVIII e XIX, a medicina legitimou a hierarquia e as desigualdades entre o par masculino / feminino, a partir dos estudos da anatomia interna dos aparelhos genitais. Com isso, criou-se uma nova concepção sobre o modelo dos sexos, visto que desde a Antigüidade os órgãos internos da mulher eram percebidos apenas como uma inversão do masculino. Ou seja: ambos tinham a mesma essência física e ocupavam o mesmo eixo hierarquizado dentro de um grupo, embora elas permanecessem em um plano inferior (Laquer, 1992).

Portanto, foi somente a partir da criação do modelo dos dois sexos que mulheres e homens passaram a ser entendidos como opostos e polarizados, e as diferenças identificadas nos respectivos corpos foram percebidas também na “alma” e na personalidade de cada um. Essa concepção dual, que nada mais é do que uma visão unificadora de duas categorias distintas foi “eleita” como uma maneira de conceber o sexo, o gênero e a dominação androcêntrica. Todavia, nessa visão, a assimetria é imutável e constitui-se em um modelo de natureza polarizada, entendida como forma evidente, universal e a-histórica que justifica as relações hierárquicas entre o par masculino / feminino (Chartier, 1995).

A condição da mulher baseada em uma desigualdade relacional percebida como “destino”, foi sendo revisada ao longo do século XX. A repercussão na vida social obtida pelo movimento feminista põe em xeque os esquemas hierarquizados existentes. No final dos anos sessenta, intensificam-se os estudos sociais sobre a mulher que abordavam questões como família, saúde, educação, sexualidade e emprego, valendo-se dos estereótipos da época e dos distintos papéis atribuídos aos sexos na família, na escola e no trabalho (Costa *et al*, 1985).

O conceito de gênero foi introduzido nas discussões do feminismo nesse período. Para Nicholson (2000), tal fato teve o objetivo de complementar as discussões travadas anteriormente e não de substituir a concepção anterior. Concepção esta que se apoiava na seguinte idéia: as diferenças entre os sexos eram biológicas. Ou seja, o sexo ainda era o fator determinante, essencial e provedor das análises. À concepção que relacionou corpo / personalidade / comportamento, a autora citada chamou de funcionalismo biológico. A partir de então, as

feministas apoiaram-se no pressuposto da construção social do caráter, relacionado ao corpo e à cultura, para identificar as diferenças entre ambos os sexos (Farah, 2004).

O feminismo foi um movimento marcado por divergências nos grupos militantes, decorrentes do enfoque político, da falta de consenso e das diversas bandeiras que apresentava (Saffiotti, 1985). A pesquisadora (Op.cit.), ao referir-se às filiações político-ideológicas das distintas correntes, ressaltou que umas priorizaram a luta de classes, enquanto outras, o preconceito racial e o patriarcalismo, como explicitado a seguir.

As *marxistas*, por exemplo, engajadas na chamada esquerda, privilegiaram as contradições entre as classes como o princípio estruturante das sociedades; pleiteavam relações igualitárias para mulheres e crianças das classes trabalhadoras, a partir das denúncias de exploração a que estavam submetidas no sistema capitalista.

As *militantes* utilizaram em suas análises os conceitos marxistas, considerados pela estudiosa como inconsistentes na atualidade, por generalizar todos os fenômenos ligados à luta de classes e se adequar a um determinado momento histórico marcado por uma sociedade extremamente androcêntrica e machista.

As *adeptas do liberalismo* reivindicaram a igualdade. Para elas, a ascendência masculina relacionava-se exclusivamente com a iniquidade existente no campo da educação e do trabalho.

Quanto às *socialistas*, não priorizaram a luta de classe, mas trouxeram para análise nas discussões do feminismo, questões como o patriarcado e os antagonismos fundamentais da opressão das mulheres, das minorias étnicas e dos pobres. Por fim, as *radicais* manifestaram o desejo de alcançar total autonomia nos terrenos social, econômico e sexual (Saffiotti, 1985).

Independente da corrente político-ideológica a que pertenciam, as integrantes do movimento feminista conseguiram contribuir para que ocorressem mudanças na relação entre o par masculino / feminino, caracterizado como uma relação de opressão-exploração. Conseqüentemente, a luta voltou-se para o patriarcado, por ser este o mais antigo sistema de dominação nos campos político e ideológico, e de abuso, nas relações interpessoais (Saffiotti Op.cit).

Na década de 80, um dos elementos catalisadores do feminismo brasileiro foi a luta contra a violência de gênero que, ao sair das fronteiras universitárias, permitiu a discussão fora do

âmbito acadêmico e ações mais concretas. O mesmo ocorreu com a denúncia da precariedade do igualitarismo entre os sexos e a realização de transformações efetivas na sociedade.

Desde então, o feminismo passou a estar mais integrado à vida diária. Voltou-se para os problemas do cotidiano e estendeu suas atuações à prática social. Com isso, tornou possível ampliação da rede de suporte e ajuda mútua às vítimas das agressões domésticas, e também a implantação de práticas mais concretas destinadas à proteção dessas mulheres (Farah, 2004).

Em outubro de 1981, em São Paulo, foi lançado o SOS Mulher<sup>2</sup>, convertido em bandeira de luta compartilhada por outros movimentos sociais, como o Pró-Mulher, a Casa da Mulher e a União de Mulheres de São Paulo (Azevedo, 1985). Nesse período, houve uma convergência de idéias e atuações entre esses grupos militantes e autoridades que culminou na criação, em 1983, do Conselho Estadual Feminino, com o objetivo de elaborar uma política global para dar assistência às vítimas da violência doméstica em São Paulo.

Ainda no mesmo ano, o Ministério da Saúde criou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM (Farah, Op.cit). Esta inserção no cotidiano levou a uma transformação do feminismo, que passou a contar com a representação do poder público, inclusive financeiramente.

Em 1985 iniciaram-se as atividades das Delegacias da Mulher, que se expandiram por vários estados da Federação (Azevedo, 1985). A partir de uma visão mais concreta da subordinação feminina, muitas ações foram realizadas no campo da saúde, com a implantação de grupos locais, regionais e nacionais (as chamadas rede de suporte) e a implementação de medidas voltadas principalmente à contracepção.

Farah (2004) ressaltou, em seu estudo, que as políticas públicas direcionaram-se aos três níveis de governo sendo que, inicialmente, as questões relativas à saúde da mulher ficaram a cargo do Ministério da Saúde, enquanto o combate à violência de gênero coube às autoridades estaduais e municipais, obedecidas as respectivas competências e complementa sua análise enfatizando que a cidadania da mulher só foi reconhecida definitivamente em Beijing, no ano de 1995, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (na Declaração e Plataforma sobre os Direitos da Mulher).

---

<sup>2</sup>SOS MULHER – organização autônoma de feministas criada com o objetivo de dar um atendimento humano e respeitoso às mulheres em situação de violência doméstica e sexual (Farah, 2004).

Na década de 90, as feministas passaram a não mais privilegiar exclusivamente a visão binária e na contemporaneidade, Carvalho (1998), ao discutir a associação das diferenças anatômicas com a personalidade, ressaltavam sua inconsistência e criticavam a visão idealizada, dual e parcial que regulariza a sociedade, valendo-se da evidente polaridade masculina / feminina.

Carvalho (Op.cit) sinalizou que o ponto de vista citado acima estava direcionado a uma concepção ocidental da população branca e das camadas médias. Portanto, por não ser genérico para todos os sujeitos, propôs aos estudiosos que pensassem as questões de gênero sob o enfoque da historicidade.

No que diz respeito às transformações ocorridas no feminismo nos últimos anos, Butler (2003:19) ressalta que a crítica feminista deve buscar compreender de que forma, na atualidade, a categoria de análise (mulheres) é “produzida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio dos quais busca sua emancipação” (2003:19). Essa categorização (mulheres), julgada uma identidade durante algum tempo, pareceu fundamental para a promoção da visibilidade política feminina. No entanto, a associação teoria / política passou a ser questionada pelo próprio feminismo.

### **Avanços e Permanências.**

O movimento feminista, ao longo dos anos, provocou mudanças significativas nas instituições e na coletividade resultando na conquista, pelas mulheres, de espaços sociais importantes. Na contemporaneidade, algumas tradições estão sendo reformuladas, uma delas, a estrutura familiar. Observa-se a formação de novas configurações e uma diversidade de relacionamentos que possibilitam maior plasticidade nos envolvimento amorosos. Estas transformações interferem nos valores, nas crenças sociais e também na intimidade entre os pares; porém principalmente no âmbito doméstico, a mulher ainda encontra dificuldade para romper a assimetria existente na relação com o masculino.

A permanência dessa iniquidade é visível nas práticas objetivas que existem independentes das consciências ou das vontades individuais, a exemplo da opressão androcêntrica que se deu ao

longo de um processo histórico de socialização (Bourdieu, 1999). Pois as representações do masculino / feminino são construídas simbolicamente na cultura; materializam-se na subjetividade e de forma objetiva na sociedade. Essa lógica produz uma classificação binária de todo o tecido social, por basear-se no princípio da visão e divisão entre os sexos (Bourdieu, Op.cit).

O fato desta ascendência perdurar desde os tempos arcaicos, deve-se a eternização dos esquemas de pensamento que socialmente se estabelecem à princípio, a partir das diferenças anatômicas entre os sexos, e se afirmam continuamente na história. Essa ordem estabelecida possui uma lógica própria, oriunda de uma:

Cosmologia falonarcísica que é originária do universo cultural mediterrâneo que sustenta a divisão hierárquica até nossos dias, seria o resultado de um complexo e contínuo trabalho de inculcação do masculino nos corpos e cérebros masculinos e do feminino nos corpos e cérebros femininos (Bourdieu & Wacquant, 1995: 167).

O lugar das mulheres na família, na sociedade e nas relações amorosas / sexuais é resultante de uma produção social, cuja construção depende de um conjunto de forças econômicas, culturais e legais. Embora esta “ordem” pareça inevitável, ela não é imutável, mas a sua transformação só será possível através da modificação das estruturas de dominação, das instituições socializantes e dos bens simbólicos, em especial nesse último, em que as mulheres são consideradas e/ou tratadas como objetos (Bourdieu & Wacquant, Op.cit).

Na atualidade já vislumbramos algum deslocamento dessa “ordem” instituída, nas últimas décadas, é inegável a circulação feminina em espaços importantes da sociedade, permitindo à mulher estar inserida em diversos contextos e uma maior independência. Nesse sentido, em estudo muito recente, as sociólogas Araújo e Scalon (2005) focalizaram as atuais transformações no mundo do trabalho, a inscrição feminina no âmbito público e o papel do casamento ou da maternidade na vida das mulheres.

As citadas pesquisadoras ressaltaram em seu estudo, o quanto às relações de gênero estão vinculadas à organização social, e concluíram que na vida profissional, os acessos da mulher se

mantêm condicionados ao que as autoras chamam de “domesticidade das relações”, ou seja, como algo extrínseco ao seu dia-a-dia, enquanto que para os homens é um imperativo.

### **A mulher adolescente**

A permanência da desigualdade de gênero em alguns aspectos da vida social, mesmo no séc XXI, é inegável. Porém, no caso dos adolescentes, por terem sido socializados em uma época que as relações entre homens e mulheres já caminham para serem constituídas como mais simétricas, essa afirmação pode suscitar alguma dúvida.

Ao pensar na categoria adolescência, a fim de delimitar melhor os sujeitos de que estamos discutindo nesse presente trabalho, nos deparamos com conceitos diferenciados sobre a demarcação etária da adolescência e da juventude. Numa concepção tradicional, a primeira etapa é compreendida entre 12 e 19 anos, e a juventude, entre 15 e 24 anos. A adolescência é considerada uma etapa da vida onde existe uma acentuada dependência familiar e escolar, já a juventude é marcada por uma crescente aquisição de independência dessas instâncias sociais (Brandão, 2004).

Na atualidade, Brandão (op.cit) ressalta que existe uma relativização na demarcação das categorias adolescência e juventude e que os limites etários não são tão rígidos, não há uma distinção clara entre ambas, o que se observa é o alargamento do que se considera adolescência. Para a autora, fatores como: sexualidade, grupo de amigos, valores e experimentação de novos papéis sociais tornam-se importantes na edificação dos projetos de vida desses sujeitos.

Dito isso, no que se refere questão da mulher adolescente na atualidade, Heilborn (2002), aponta que, embora haja alguns avanços, ainda persistem relações assimétricas. Em pesquisa (Martins, 2008), verifiquei algum deslocamento dos papéis masculino / feminino mais tradicionais. O referido estudo foi feito com 20 moças dos segmentos populares que tinham o seguinte perfil: as idades variavam entre 16 a 19 anos, possuíam renda familiar de 2 a 4 salários mínimos e moravam com seus familiares em comunidades ou nos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro, onde se concentra a população com menor renda. Estudavam em escolas municipais ou estaduais, sendo que nove estavam cursando o ensino médio, duas já haviam



concluído o curso básico, e oito o fundamental (desse grupo quatro tinham atraso escolar). Somente uma entrevistada estava na faculdade.

Seus familiares tiravam seu sustento de profissões com pouco prestígio social. Os responsáveis trabalhavam como: pedreiro, domésticas, diaristas e motorista e os pais de sete adolescentes contavam com recursos da Previdência Social e seis ajudavam financeiramente em casa. As ocupações exercidas eram as seguintes: manicura, vendedora, auxiliar de escritório, operadora de xerox e uma estava realizando estágio remunerado, inserida em um projeto de uma empresa estatal.

Os dados coletados contribuíram para o conhecimento das relações entre as entrevistadas e seus familiares. Elas, na sua grande maioria, tinham uma proximidade maior com a mãe, aliás, eram as mesmas que passavam uma série de valores para suas filhas. Identifiquei nesses relatos concepções mais tradicionais, onde ainda persistem códigos pautados em relações hierarquizadas entre homens e mulheres. As opiniões e desejos que as moças tinham em relação ao futuro, me permitiram uma aproximação das aspirações que tinham, além de orientar-me sobre as suas representações quanto a condição feminina na sociedade.

A concepção das entrevistadas do que é ser mulher na atualidade, é simbolizada pela autonomia e capacidade de decisão, ambas ancoradas na seguinte imagem: a da dona do seu próprio destino e produtiva dentro e fora de casa. As entrevistadas eram influenciadas por esse imaginário coletivo: a independência, consubstanciada pelo dinheiro, almejada por elas pelo fato de possibilitar mais poder nas relações interpessoais e maior visibilidade feminina na sociedade. A forma de consegui-la seria através de uma remuneração maior no trabalho e por uma vaga na universidade. Elas pensam que é por meio da educação formal, que podem obter seus objetivos: ascensão social e/ou pessoal e profissionalização.

A identificação com o modelo da mulher que trabalha fora é um padrão almejado por essas moças na vida adulta, ou seja, aquele que ambicionam alcançar, pelo fato de proporcionar uma independência maior. Porém, ao relatarem seus desejos quanto ao seu futuro profissional, as opções eram direcionadas as ocupações tradicionalmente femininas. Almejavam trabalhar como: enfermeiras, professoras, babás, pediatras, ou ainda na área de cosmético e beleza. Somente uma desejava se dedicar ao comércio, queria ter uma loja. A mesma cursava o primeiro ano do curso

de Administração de Empresas.

Embora já se perceba uma adesão maior por parte dessas jovens aos padrões sociais considerados mais simétricos, quando pensam no seu futuro profissional permanecem vinculadas às funções que culturalmente são “destinadas” às mulheres e numa investigação mais cuidadosa, identifiquei o descompasso existente entre a concepção delas acerca da competência feminina no mundo do trabalho (pensavam que a mulher só não poderia ser pedreiro, por precisar de muita força física) e o que as entrevistadas desejavam realmente trabalhar na fase adulta. Elas pensavam na sua quase totalidade, em profissões que tradicionalmente são direcionadas ao cuidado.

Entendo que a grande questão a ser discutida é a seguinte: quando se remetem às mulheres como uma categoria, as adolescentes possuem representações comuns aos dias atuais, vinculadas as diferentes atividades profissionais. Mas ao particularizar suas escolhas, estas foram baseadas em um sistema valorativo que obedece a uma categorização de gênero, que reproduz uma distinção entre atribuições próprias para os homens e outras para as mulheres, por ser essa categorização baseada numa estrutura social fundamentada numa divisão entre os gêneros. Segundo Bourdieu (1999), a base do mundo social que explicaria essa dessimetria é a seguinte: a “ordem das coisas” é gerada pelo princípio binário, no qual as categorias se opõem em sujeito/objeto; agente/instrumento, oposições estas que se estendem às relações entre homens e mulheres.

Para compreender a percepção dessas mulheres adolescentes partindo dos seus relatos sobre as experiências vivenciadas no seu grupo familiar e social, por verificarmos a permanência de valores tradicionais definindo o papel da mulher na família, na sociedade e na edificação de sua subjetividade, tomo como base as idéias de Bourdieu (1999). De acordo com o autor são justamente os condicionantes sociais - *habitus* baseado no pressuposto da dessimetria que se reproduzem a iniquidade entre os gêneros. O *habitus* é um sistema de disposições intimamente relacionadas ao seu ambiente de origem, é um “*princípio gerador e estruturador das práticas e representações*” (Bourdieu, 1984: 61).

No referido estudo (Martins, 2008), as representações masculino/ feminina construídas simbólica e culturalmente materializam-se na subjetividade e continuam a reproduzir

representações ancoradas no seguinte imaginário: a mulher como reprodutora do cuidado. Essas representações modeladas desde a primeira infância através da socialização primária pelo *habitus* de gênero, influenciam as decisões e os desejos dessas moças na escolha de suas profissões.

Enfim, mesmo na atualidade numa geração mais nova, persiste ainda padrões culturais marcados pela divisão de gênero. Bourdieu (1999) explica essa permanência baseado na seguinte idéia: há uma autonomização das estruturas econômicas em relação as estruturas simbólicas. As primeiras sofreram modificações na contemporaneidade (cada vez mais se observa a presença feminina nos espaços produtivos), enquanto que as estruturas simbólicas permanecem como instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, vinculadas aos valores mais tradicionais por serem configuradas na lógica do princípio binário e na do princípio da inferioridade e exclusão da mulher (Bourdieu, 1999).

O autor lembra ainda que, a persistência da iniquidade entre os gêneros seria proveniente de um processo de eternização do arbitrário, este obedecer a lógica do modelo entre o masculino e o feminino, que é alimentada pelo *habitus*. Para Bourdieu (1999), a transformação dessa ordem só será possível a partir da modificação tanto das estruturas de dominação, ou seja, das instituições socializantes (família, escola, estado e igreja) como também dos bens simbólicos, cujo princípio básico é que as mulheres são tratadas como objetos, cuja sua função principal é perpetuar o capital simbólico (conjunto de bens utilizado para a imposição da visão do mundo daqueles que detém o poder). Elas ainda hoje ocupam o lugar de “operadora” da transmissão do poder masculino, haja vista a persistência da iniquidade entre os gêneros na divisão das tarefas domésticas e a permanência delas em atividades profissionais direcionadas à reprodução, ou seja, o cuidado.

## REFERENCIAS

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. (2005), “Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre a família e trabalho pago no Brasil”, in C, Araújo e C, Scalon (orgs), *Gênero, família e trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV.

AZEVEDO, Maria Amélia. (1985), *Mulheres Espancadas. A violência anunciada*. São Paulo, Cortez.

BRANDÃO, Eliane. (2004), “Iniciação Sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil”, in M L, Heilborn (org). *Família e sexualidade*, Rio de Janeiro, FGV.

BOURDIEU, Pierre. (1984), *La Distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid, Taurus.

\_\_\_\_\_. (1999), *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ & WACQUANT Louic. (1995), *Repenses, pour une antropologie reflexive*. Lisboa, Du Seiul.

CARVALHO, Marília. (1998), Gênero e Trabalho Docente: Em busca de um Referencial Teórico. in C. Bruschini; H, Buarque de Holanda, (orgs) *Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo, Ed 34.

CHARTIER, Roger. (1995), “Diferenças entre os sexos e Dominação Simbólica”. *Cadernos Pagu*, 4: 37-47.

COSTA, Albertina, et al (1985), “Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”. *Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, 54: 5-16.

FARAH, Marcia. (2004), “Gênero e políticas públicas”. *Revista Estudos Feministas*, 12: 47-71.

FOUCAULT , Michel. (1993), *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.

GIFFEN, Karen. (1994), “Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal”. *Cad. Saúde Pública*, 18: 103-112.

HEILBORN, Maria Luiza. (1999) “Construção de si, gênero e sexualidade”, in M. L, Heilborn (org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ *et al.* (2002) “Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência”. *Horizontes antropológicos*, 8, 17: 13-45.

LAQUER, Tomas. (1992), *Inventando o sexo: Corpo e Gênero dos Gregos à Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

MARTINS, Mirian T. (2008), *Sexualidade e Adolescência: a violência simbólica desvelada*. Tese de mestrado. Pós Graduação em Ciências Médicas/UERJ, Rio de Janeiro, datilo.

NICHOLSON, Linda. (2000), “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 8,2: 8-41.

SAFIOTTI, Heloisa. (1985), *O Poder do Macho*. Rio de Janeiro, Moderna.

SCOTT, Joan. (1989), “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, 20:71-99.